

# Cinegética de caça maior em montado de sobro e azinho

**Os montados têm um elevado potencial para a caça e para a pecuária extensiva, requerendo uma intervenção humana adequada para garantir a sua sustentabilidade. Para tal, colocam-se diversos desafios técnico-económicos para o seu correto ordenamento e assegurar uma gestão eficaz.**

A caça é uma atividade ancestral que suscita emoções e paixões, tanto dos seus defensores como dos contestatários, mas é seguramente uma atividade crucial no ordenamento e gestão dos recursos silvestres e tem um elevado potencial económico, nomeadamente para os territórios rurais de menor densidade populacional e mais desfavorecidos. Estimamos que a atividade cinegética possa movimentar anualmente cerca de 330 milhões de euros.

A cinegética pode, e deve, ser usada como ferramenta de apoio à gestão das populações de animais selvagens, contribuindo para o equilíbrio dos ecossistemas, a promoção da biodiversidade e para uma ocupação territorial que contribua para a redução da incidência de incêndios florestais. Por exemplo, nos últimos anos, tem sido possível a recuperação de populações animais que se encontravam praticamente extintas em Portugal – lince, veados e corços –, pela ação das várias entidades gestoras de zonas de caça associativa, turística, municipal e nacional. Existem também situações inversas, de excessos populacionais de algumas espécies cinegéticas, como é o caso de alguns ungulados, principalmente de javalis, que causam elevados danos no ecossistema, prejuízos económicos nas culturas e aumentam os riscos de acidentes rodoviários. O grande desafio é promover uma gestão equilibrada das espécies cinegéticas, de forma a assegurar a evolução sustentável das populações e obter proveitos económicos da atividade. Para tal, é necessário compatibilizar a cinegética com as atividades agroflorestais ou tomar opções alternativas de ordenamento e gestão. O caso dos montados é bastante interessante porque tem um elevado potencial para a caça e para a pecuária, requer a intervenção humana para a sua sustentabilidade e coloca diversos desafios técnico-económicos de ordenamento e gestão. Um exemplo clássico é a necessidade de proteger as novas plantações de sobreiros e azinheiras, em locais de grande densidade de veados ou javalis, através da instalação de vedações ou de protetores individuais, sob pena da sua destruição.

Atualmente, de acordo com o inventário flo-

restal realizado em 2010, existem 737 000 ha de montado de sobro e 331 000 ha de montado de azinho, que correspondem a 35,4% da superfície florestal do continente português. Se o montado de sobro permite elevados réditos provenientes da cortiça, o montado de azinho é valorizado pela pecuária extensiva e pela caça, destacando-se o caso do porco Alentejano criado em regime de montanha. No entanto, a bovinicultura continua a ser a atividade preferida pela grande maioria dos proprietários e gestores destes montados, muito incentivados pelo prémio às vacas em aleitamento.



Figura 1 – Cervídeo e javalis

O excesso de populações cinegéticas de caça maior tem vindo a provocar danos cada vez maiores no ecossistema dos montados. Também a produção bovina causa um impacto negativo nos solos e nas plantas, nomeadamente através do sobrepastoreio e do excesso de pisoteio em solos muitas vezes esqueléticos (com o conseqüente aumento da erosão), e de danos severos nas azinheiras e sobreiros jovens, comprometendo o desejado renovo florestal. É pois neste contexto que se pretendem equacionar alternativas de ordenamento e gestão dos montados, no sentido de se melhorarem os rendimentos das explorações agrícolas, promovendo em simultâneo a gestão equilibrada e sustentável das populações animais e da biodiversidade. Para o efeito, partindo-se de dois exemplos concretos de herdades de grandes dimensão no Alto Alentejo, discutem-se modelos alternativos de substituição da exploração bovina pela caça de ungulados (veados e javalis) ou pela complementaridade das duas atividades. No entanto, antes da discussão da exploração cinegética no montado, apresentamos uma síntese da nossa estimativa do valor económico da caça.

Ricardo Paiva, Pedro Reis, Inocêncio Seita Coelho  
INIAV, I.P.



## O valor económico da caça

A partir dos gastos de consumo dos caçadores, estimamos que o negócio da caça ronde os 330 milhões de euros. Nesta estimativa incluímos todas as despesas com a atividade cinegética, desde os custos com o serviço de caça (pagamento através de quotas ou por peça abatida), com a aquisição de armas, munições, acessórios de caça, roupa e calçado, até a alimentação dos cães, despesas de deslocação, taxas e licenças diversas. Foi utilizada informação proveniente de vários serviços oficiais e instituições privados do setor, assim como foi feita a recolha de informação primária através de entrevistas a especialistas do setor da caça (p.e. matilheiros e organizadores de safaris) e de um inquérito a caçadores.

A principal despesa é com o serviço caça, correspondendo a 31% do valor total, e é realizada sobretudo nas zonas de caça associativa (72,3 M€) e nas zonas de caça turística (26,6 M€). As receitas provenientes de caçadores estrangeiros representam apenas 2% do valor do serviço caça (1,6 M€). Os custos com armas, munições e outras despesas associadas (licenças de uso e porte de arma, licenças de caça, seguros de responsabilidade civil) representam 26% do total, destacando-se o custo com a aquisição de armas (66,3 M€). A terceira parcela mais importante são as despesas com as viagens nacionais, 21% do total (transportes em viaturas próprias, dormidas e restauração). A partir de uma estimativa das distâncias das viagens realizadas pelos caçadores (e tendo em consideração o número de caçadores por viatura), apurámos um custo de 59,3 M€. Na hotelaria e restauração são gastos 11,2 M€. As despesas com acessórios de caça, vestuário e calçado, representam 11% do total (35 M€). Os cães de caça têm um custo de 32,6 M€ (10% do total), sendo o principal gasto com a alimentação – 20,9 M€. Os gastos com licenças,



identificação, vacinação e outros encargos sanitários, ainda tem um valor significativo – 8,1 M€.

### A atividade cinegética e a pecuária – o caso do montado

O sistema extensivo montado tem um elevado potencial para a exploração cinegética de caça maior, juntamente, ou em alternativa, à pecuária extensiva com bovinos. A partir da informação de campo, proveniente de duas herdades com montado de sobre e azinho, vamos fazer um ensaio sobre a conjugação das atividades cinegética (caça maior de javali e veado) e bovinicultura extensiva.

As duas herdades têm um pouco mais de 1000 hectares cada uma, localizam-se no Alto Alentejo, nos concelhos de Elvas e Portalegre, com montado misto de sobre e azinho, em mais de 3/4 da área, com mato e uma pequena área de culturas forrageiras anuais (entre 4% a 6%). Os bovinos são da raça Alentejana ou cruzados, e o encabeçamento é de 0,3 cabeças normais (CN) por hectare de superfície agrícola utilizada (SAU). É feita a suplementação animal com palha, feno e alimento concentrado, e a área de pastoreio corresponde à SAU de cada uma das explorações agrícolas. Nas herdades existe caça menor (perdiz, coelhos e lebres) e javalis. Em nenhuma das duas existem veados.

Ambas as explorações estão devidamente infraestruturadas, têm tratores próprios, instalações pecuárias e parcelas cercadas (com uma área média em torno dos 60 ha). O montado é cuidado, com podas periódicas de 10 anos e são feitas intervenções, de cinco em cinco anos, para gestão da vegetação do sobcoberto. Na tabela 1 são apresentadas receitas, em euros por hectare de SAU, provenientes da venda de bovinos, e os subsídios do regime de pagamento único (RPU), das medidas agroambientais e prémios aos bovinos. A estrutura dos apoios é semelhante nos dois casos, variando o valor do RPU que depende do histórico.

Gerir populações de fauna selvagem (veados e javalis) exige a aplicação de princípios básicos que assegurem a gestão sustentável dos recursos naturais envolvidos. Em primeiro lugar, o habitat tem de ser o adequado às características ecológicas das espécies a explorar, sendo que o montado associado a zonas de mato (refúgio e descanso) e a culturas forrageiras (disponibilidade alimentar) representam, de facto, as condições ideais ao estabelecimento deste tipo de animais. Por outro lado, a capacidade de suporte do meio tem de ser bem avaliada, de acordo com os recursos e características da exploração.

Na gestão cinegética temos de ter em consideração alguns fatores, dos quais salientamos: adaptação das espécies ao território (neste caso, do javali e veado ao sistema montado); densidades compatíveis com a capacidade de suporte do meio, a fim de evitar danos significativos no habitat natural (e permitir a regeneração das quercíneas); criação de um mosaico diverso, constituído por folhosas e matos intercalados por clareiras, sementeiras específicas para a fauna, existência de pontos de água; ordenamento das espécies pecuárias de forma a minimizar a competição entre animais do-

TABELA 1 – INDICADORES TÉCNICO-ECONÓMICOS

Indicador	Unidades	Herdade A	Herdade B
Montado (Sb e Az)	ha	890	759
Mato	ha	105	160
Olival	ha	0	20
Pastagens permanentes	ha	852	759
Forrageiras anuais	ha	38	58
Vacas	n.º de efetivos	270	257
	CN/SAU	0,29	0,32
Área média de cada parcela	ha	61	56
N.º de charcas	ha	0	4
RPU		24	70
Subsídios agroambientais	euros/SAU	64	64
Prémio aos bovinos	euros/SAU	36	34
Venda de bovinos	euros/SAU	78	82




CONFIANÇA  
INOVAÇÃO  
QUALIDADE




SEDE  
**TECNIFERTI, S.A.**  
Rua de Ourém, Lote 14, 2º |  
Urb. Almoimha Grande  
2415-780 Leiria | PORTUGAL

T. +351 244 860 210  
F. +351 244 860 219  
E. [tecniferti@tecniferti.com](mailto:tecniferti@tecniferti.com)

[www.tecniferti.com](http://www.tecniferti.com)



mésticos e os animais de caça maior; existência de barreiras protetoras das culturas (p.e. vedações, cercas elétricas, canais de rega).

O principal, ou um dos principais, fator crítico é a gestão equilibrada entre a carga animal e a capacidade de suporte do ecossistema, que em termos equilibrados deveria ser da ordem dos 100 cervídeos. Nos casos em apreço, para herdades com uma dimensão média de 1000 hectares, que visam a exploração económica, a população de caça maior poderá chegar a um efetivo de 300 cervídeos e 100 javalis com o recurso ao cultivo forrageiro e alguma suplementação. Este encabeçamento deve ser porém monitorizado em permanência de modo a introduzir correções sempre que necessário. A gestão da população de cervídeos deve ser feita de acordo com um plano de gestão anual, onde se define previamente, de acordo com os censos efetuados, o número de animais e a classe etária a retirar do efetivo. Prioritariamente devem ser retirados animais jovens e adultos com defeito ou em más condições sanitárias, e ser estabelecida uma pirâmide etária, em que a base é constituída por animais jovens saudáveis e bem conformados, até ao topo da pirâmide, onde devem constar os animais adultos, que constituem os troféus para os caçadores. Estes podem ser bem valorizados, podendo atingir, a partir dos oito anos de idade, valores da ordem dos 1500€ ou mesmo 2000€, se apresentarem características excecionais. Relativamente à população de javalis, a sua gestão tem de ser feita essencialmente por monitorização permanente, já que as fêmeas podem ter três partos em dois anos, o que facilmente poderá dar origem a um excesso de população. Neste sentido, a montaria e as esperas deverão ser equacionadas de forma a conter os níveis populacionais em valores ecologicamente aceitáveis.

### A economia da caça maior no sistema montado

A caça maior ao javali e veado é, com os devidos cuidados, compatível com a exploração pecuária, sejam bovinos ou pequenos ruminantes. Nos dois casos apresentados, existem javalis que podem fornecer receitas à exploração agrícola através das montarias e esperas. Para a dimensão considerada, uma herdade com 1000 ha, estimamos uma receita de 12 150€, proveniente das vendas de “esperas” e “montaria” e da carne dos animais abatidos. Uma gestão sustentável permite 35 postos para uma montaria e 16 esperas. Valorizando cada uma a 150€, temos um total de 8400€. É expectável o abate de 50 animais, com um peso médio de 60 kg. Valorizando a carne a 1,5 €/kg, temos 4500€.

Na exploração de cervídeos existe uma com-

petição direta com os bovinos que resulta na necessidade de investir numa vedação de caça maior. Neste caso, a vedação deverá ter uma altura de 2,30 m, embora a experiência tenha constatado que uma rede de 2,00 m só é ultrapassada em situações de recurso extremo, como por exemplo numa perseguição que implique uma grande dificuldade de fuga. Para uma área de 1000 ha, estimamos que são necessários cerca de 25 km de rede. Sendo o preço de 7750 €/km, temos um investimento de 193 750€. Podemos assumir um período de vida útil de 12 anos, pelo que teremos uma depreciação anual (amortização) de 16 145 €/ano. A estrutura produtiva da exploração de veados é semelhante à dos bovinos extensivos para carne, exceto a vedação.



Nos 1000 ha é possível ter uma exploração com uma população de 300 veados, numa proporção aproximada de 150 machos e 150 fêmeas com idade superior a um ano. Com esta população, podemos estimar que anualmente serão caçados nove troféus, três adultos, 18 machos jovens e 30 fêmeas. Relativamente às crias, deverão ser retiradas do efetivo quatro machos e quatro fêmeas (sem valor comercial). Face aos valores unitários esperados para os troféus, animais abatidos e valor da carne, estimamos uma receita anual de quase 33 000€:

- 9 troféus × 1200 €/troféu = 10 800€
- 3 adultos × 300 €/animal = 900€
- 18 machos representativos × 80 €/animal = 1440€
- 30 fêmeas × 60 €/animal = 1800€
- Carne dos 60 animais (120 kg/animal × 2,5 €/kg) = 18 000€

Três notas sobre o investimento na exploração de veados e na comparação da exploração bovina com a caça maior de cervídeos. Existem apoios ao investimento que poderão ascender aos 80%, o que significa reduzir o custo anual da cerca para cerca de 3230€. Assim, o benefício líquido rondará os 30 000 €/ano, próximo do valor do prémio às vacas aleitantes.

A segunda nota é relativa à área destinada aos cervídeos. As contas apresentadas acima são relativas à exploração dos 1000 ha com veados, mas pode haver uma situação mista, onde apenas uma parte seja destinada a este tipo de caça maior, sendo que 400 ha são considera-

dos como suficientes para viabilizar este tipo de atividade.

A terceira nota é relativa ao efetivo de veados (300) que corresponde a menos de 60% do número de cabeças normais de vacas atualmente existentes nas herdades. Isto significa menores necessidades forrageiras. Assumimos este número de efetivos cinegéticos porque os veados têm um impacto superior aos bovinos na renovação do arvoredos.

A concluir este ponto, gostaríamos de apresentar uma alternativa de exploração dos ungulados através do recurso exclusivo de montarias. Neste caso, teríamos ações de caça envolvendo javalis e veados conjuntamente. Numa gestão sustentável teríamos a venda de 35 postos a um preço unitário de 600€ mais as vendas das reses (4500€ dos javalis e 18 000€ dos veados). A receita total seria de 43 500€, valor próximo do obtido através da exploração cinegética por espécie (45 090€).

### Notas finais

- Os valores de referência apresentados exigem uma gestão cinegética adequada e exigente sob o ponto de vista técnico e ambiental, de forma a viabilizar a produção sustentável de animais de alto valor económico.
- Não existem diferenças significativas do produto bruto entre as duas formas de exploração da atividade cinegética acima referidas (gestão por montaria e gestão por espécie).
- A comparação entre a produção bovina extensiva e a cinegética de caça maior deve ser analisada caso a caso tendo em consideração vários fatores, tais como a capacidade de produção forrageira, os apoios ao investimento em vedações, os prémios atribuídos aos bovinos e a efetiva valorização das peças de caça.
- Para além da exploração cinegética, esta atividade potencia a existência de outras atividades não agrícolas, nomeadamente o turismo de natureza.
- Se for criada uma dinâmica de oferta internacional de caça maior, haverá fortes probabilidades de se conseguir obter uma maior valorização dos recursos territoriais, seja pelo aumento da procura do recurso caça, ou seja pelo consumo de bens e serviços associados (p.e. a restauração, viagens e alojamento).

### Bibliografia

- Fonseca, C., 2006. *Gestão das Populações Cinegéticas e dos seus Habitats*, Federação de Caça e Pesca da Beira Litoral, Coimbra, 146 pp.
- Paiva, R. (coord.); Coelho, I.S.; Reis, P., 2015. *Valor económico da caça*. INIAV, 25p (não publicado).